

OXIGENAÇÃO DO SINDICATO

Esta é uma contribuição independente, de uma militante de base do Simpa, inclusive não alinhada com militantes independentes que atuam em grupos. Depois de alguns anos de constante participação nas mobilizações sindicais, habilito-me a agregar algumas reflexões e propostas, no momento em que, neste Congresso, o sindicato repensa suas práticas.

Estamos vivenciando uma realidade complexa no mundo, com novas configurações estruturais e conjunturais, o que exige a qualificação da nossa capacidade de análise, a partir da qual poderemos chegar a novos patamares de ação. A busca de compreensão não se esgota neste evento e poderá ter continuidade em estudos, debates, palestras, rodas de conversas e leituras, que a Diretoria de Formação Sindical poderá promover com frequência, sendo esta minha primeira proposta para a oxigenação do sindicato. Seriam estudos não doutrinários, não circunscritos a uma única linha teórica, mas plurais, embasados, atualizados e dialógicos.

Não é mais cabível que, num momento tão complexo e tão adverso para a classe trabalhadora, persistam disputas de grupos políticos pelo mero aparelhamento sindical. Entendo que são igualmente inócuas tanto as tentativas de uma unidade artificial e retórica, quanto a persistência em embates maniqueístas e dicotômicos. Se queremos mesmo fazer frente a uma realidade social que, nos dias atuais, dentre outras características dramáticas, acentua a intolerância, precisamos praticar a tolerância. Mais avançada do que supostas mais avançadas posições é a abertura generosa para a diversidade de ideias, o empenho corajoso na construção de consensos possíveis e na definição de programa unitário de ação, outro fator de oxigenação. Seria hora de dispensarmos as controvérsias prosaicas, os embates “paroquiais” secundários, eleitoreiros e passionais, e começarmos a nos preocupar bem mais com questões realmente relevantes, arejando e fortalecendo o sindicato e as lutas dos trabalhadores.

Será que não estamos demasiadamente concentrados nas acusações de supostas traições, boicotes ou inoperâncias destes ou daqueles companheiros, ou, de outra parte, concentrados em prestar contas de visões e ações que seriam, necessariamente, acertadas, ao final de cada mobilização?

Em lugar de toda essa retórica já muito conhecida, temos conseguido pensar detidamente em como contribuir para reverter o descenso geral do movimento sindical, num quadro de precarização e desaparecimento de postos de trabalho? Temos pensado em como viabilizar, não em discursos, mas de fato, que as lutas identitárias permeiem o sindicato - mais um fator de oxigenação – e este, por sua vez, assegure a elas a necessária perspectiva classista? Temos pensado em como o sindicalismo, baluarte tradicional da luta de classes, pode interagir, de forma efetiva, com esse enorme contingente de desempregados, excluídos e migrantes – essa classe dos destituídos de tudo, dos que passaram a compor o que vários sociólogos denominam de “preariado”? O que temos a aprender com as novas rebeldias das ruas e o que podemos agregar para torná-las mais consequentes?

Especificamente sobre o Simpa, esse grande sindicato, de composição plural (abrigoando, numa única, várias categorias profissionais) e comportando toda a prestação dos serviços públicos em Porto Alegre, temos nos lembrado que ele tornou-se referência na resistência ao desmonte dos serviços públicos? Temos assumido, todos, essa responsabilidade de manter forte um sindicato de resistência aos governos que querem aniquilar os sindicatos, assim como querem o dito Estado Mínimo e a entrega de todos os bens públicos à iniciativa privada? Temos priorizado a perspectiva da defesa das políticas públicas para redução das desigualdades sociais e das opressões? Com essa perspectiva, temos contribuído para viabilizar que o Simpa permita soar suas muitas vozes? Podemos começar a pensar que os integrantes do CORES não devam ser eleitos a partir de campanhas de chapas, e sim a partir da escolha de cada representante, na medida do seu vínculo com o seu local de trabalho? Podemos começar a imaginar reuniões do CORES que não se reduzam à reprodução dos eternos embates de grupos políticos, aqui referidos? Podemos viabilizar mais vozes em nossas assembleias, entendendo que as chamadas “forças políticas” do Simpa não se limitam aos grupos ligados a partidos, centrais sindicais ou outras organizações, embora, evidentemente, os incluam? Podemos imaginar um sindicato pulsante, permeado, sim, por debates ideológicos, por discussões que fazem clara interface com outras organizações, mas que preserve suas instâncias decisórias, sem substituí-las por eventuais acertos de tendências políticas, a portas fechadas? Podemos

imaginar que não é necessariamente conflitante, neste momento, nos inserirmos, todas as correntes políticas, tanto nas grandes lutas de resistência, como a que rejeita a reforma da Previdência, quanto em manifestações contra prisões políticas de lideranças e ativistas de esquerda (Lula e todo e qualquer preso político)?

Desmonte, recolonização e novas resistências

A fase atual do capitalismo, globalizado e capitaneado pela especulação financeira, pode ser chamada de “mal-estar social”, em oposição ao dito momento “de bem-estar social” que correspondeu à fase áurea do capitalismo industrial, compreendida entre o pós-guerra e o início da década de 1970. Naquele período, a racionalização da produção, a partir do método concebido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor e ampliado nas linhas de montagem do empresário Henry Ford, angariou muita prosperidade aos capitalistas da indústria, gerando mais lucro e também gerando postos de trabalho. Para os trabalhadores, alienados nas suas jornadas diárias, em tarefas pontuais e repetitivas, havia promessa de ascensão no trabalho, pelo desempenho e a capacitação no manejo das tecnologias. Também era oferecida a ilusão de bem-estar devido a programas de assistência médica, alimentar e até auxílio moradia concedidos por empresas. O Estado, nesse momento do capitalismo, interferia relativamente no mercado, alterando um pouco o modelo liberal, após a experiência de crises no sistema, como havia sido a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, e suas consequências. Sem mexer na livre iniciativa ou na propriedade privada, cabia ao Estado evitar crises, regular preços, conceder empréstimos a produtores e gerar empregos com obras públicas. No Brasil, o Estado tratou também de regular a atuação dos trabalhadores, procurando evitar sua organização autônoma. Numa época de grande mobilização operária, (como registra Marcelo Badaró Matos, em seu livro “Trabalhadores e Sindicatos no Brasil”, Expressão Popular, 2009) Getúlio Vargas atrelou os sindicatos ao Ministério do Trabalho.

Desde o fim da década de 1970, esse Estado robusto e que se ocupava ainda da assistência social, começou a dar lugar, nos quatro cantos do mundo, à concepção do Estado Mínimo. A crise econômica, iniciada nessa década e ampliada nos anos 80, retomou o ditame de que o Estado deveria afastar-se totalmente da economia, deixando-a nas mãos do mercado, assim como deveria entregar serviços e empresas públicas à iniciativa privada. Pouco a pouco, o neoliberalismo, em escala global, passou a realizar o desmonte dos serviços e das políticas públicas, ficando desatendida a parte mais necessitada da população. No caso brasileiro, costuma-se colocar como demarcação inicial do neoliberalismo a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989. Até ali, desde a segunda metade dos anos 70, conforme registrou o sociólogo Ricardo Antunes (“O privilégio da servidão”, Boitempo, 2018), as lutas sindicais haviam sido retomadas no país, com forte movimento grevista. Nesse quadro de ascenso do sindicalismo, nasceram as centrais sindicais, nos anos 80 e 90. Um fato interessante a observar é que o sindicalismo brasileiro estruturou-se em grandes organizações de porte nacional num momento, de certa forma, tardio, em descompasso com o seu arcabouço teórico, visto que em tempos de queda do muro de Berlim, desencanto aparente da proposta comunista e ascenso do capitalismo financeiro. Nos anos 2000, os três mandatos de governos de centro-esquerda no país, com inegáveis benefícios sociais para os mais necessitados, trouxeram também um certo recuo nas lutas autônomas dos trabalhadores.

Nos últimos anos, o que os estudos sociológicos comumente registram é a crescente precarização do trabalho, no mundo inteiro, com terceirizações, flexibilizações, retirada de direitos históricos, redução drástica da oferta de empregos formais. O desmonte dos direitos trabalhistas reduz os custos das empresas, o que evidencia claramente que os trabalhadores pagam a conta das crises do sistema que os oprime. Legiões de desempregados passaram a perambular em busca de algum meio de sobrevivência. A esse andar dos excluídos somou-se uma verdadeira legião, nos mares e ruas da Europa: os que integram a crise migratória. São pessoas, principalmente oriundas da África e do Oriente Médio, que fogem da fome, dos efeitos das mudanças climáticas, ou das guerras fomentadas pelo sistema.

O fomento de guerras, ou outras modalidades de ingerência em territórios e economias estratégicas, por parte dos governos centrais do capitalismo e das grandes empresas transnacionais, ameaça também, mais recentemente, a América Latina. É o processo de recolonização (abordado em estudos como o artigo de Marcos César Araújo Carvalho, com publicação eletrônica em Scripta Nova, Universidad de Barcelona, 2012), para fins de expansão e acumulação capitalista. A essa necessidade de expansão já havia aludido, bem antes, em 1916, Rosa Luxemburgo (Luxemburgo, “A acumulação do capital”, Zahar, 1970). A ingerência pode contar com a colaboração subserviente de governantes e elites econômicas locais, e exemplo disso é a postura do atual presidente brasileiro, oferecendo ao governo norte-americano a base de Alcântara e até a exploração da biodiversidade do território nacional. Além disso, ele esboçou afoita e leviana vontade de colaborar com eventual invasão da Venezuela, atentando contra a soberania dos povos.

Vivemos, portanto, claramente, tempos de mal-estar social, que não favorecem um discurso razoável para as elites sociais, em defesa do capitalismo. O sistema, em prolongada crise, é benéfico aos grandes banqueiros, aos mega empresários e, com incertezas, aos rentistas. Não há discurso consistente para defendê-lo. O discurso, renascido das trevas, com o emergir de ultraconservadores no cenário político, neste país subalterno do sistema de dominação, é, de novo, o do anticomunismo, dos tempos da guerra fria, acrescido de um louvor à ignorância sem precedentes. O conhecimento é depreciado, a Educação é alvo central dos desmontes, todo o processo civilizatório é colocado em marcha à ré. Os valores da fraternidade, da justiça, da empatia e a busca de uma sociedade mais justa são combatidos com a defesa do salve-se quem puder, do estabeleça-se quem tiver mérito. São tempos de intolerância, de opressões, de extermínios, de exclusão. Tempos que nos desafiam a fortalecer nossa luta enquanto militantes sociais, a buscar nossos pares, a aprimorar as ações, pois não abrimos mão do sonho de uma sociedade onde, de fato, o bem-estar social seja possível, sem dominação, sem explorados, com liberdade, com possibilidade de vida plena para todos. É preciso resistir a estes tempos sombrios, na certeza de que eles passam.

Foram igualmente sombrios, no mundo, os anos da primeira metade do século XX, que, contudo, mantiveram a filósofa Hannah Arendt e as pessoas que ela comenta nos seus ensaios no livro “Homens em tempos sombrios” (Arendt, Companhia das Letras, 2008) sempre confiantes na dignidade humana e jamais acostumados com as sombras.

Em termos de mobilização, se, de um lado, nos afligimos com o momentâneo descenso do movimento sindical, de outro nos animamos com as inesgotáveis possibilidades de ações de resistência. Nos últimos anos, a tomada das ruas e as ocupações, protagonizadas pelo “preariado” e registradas, entre outros estudos, na pesquisa do sociólogo Rui Braga (Braga, A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global, Boitempo, 2017) atestam que os excluídos se rebelam e reagem. Ele vê a possibilidade de produtivas interações entre o movimento sindical e esses novos ativistas, com reinvenção e aprimoramento mútuo de práticas e compreensões. Também as lutas identitárias – de mulheres, de LGBTs, de negros, de índios - fortalecidas nos últimos anos em todo o mundo, agregam nova dimensão aos movimentos de resistência às opressões, conferindo o devido pluralismo, o respeito às diferenças, às culturas e aos territórios. Cabe reiterar o papel dos sindicalistas nessas interações, de conferir enfoque classista a tantos levantes pontuais, difusos, às vezes confusos, mas que podem se somar, em sólida resistência.

Propostas de resoluções para o congresso do Simpa

1. Ênfase na formação, sob coordenação da Diretoria de Formação Sindical, tal qual foi exposto nesta tese: formação permanente, plural, não doutrinária, embasada e atualizada.

2. Abandono dos embates “paroquiais” entre grupos políticos, voltados para o aparelhamento sindical. Em vez disso, empenho na construção de propostas unitárias para fortalecer a luta da categoria e a luta geral dos trabalhadores, neste difícil momento.

3. Discussão e definição de um programa unitário de ação do Simpa, envolvendo todos os setores, correntes políticas, militantes independentes, base.
4. Participação nas mobilizações gerais, com outras categorias de trabalhadores e ativistas sociais – como na luta contra a reforma da previdência - inserindo os eventos na agenda do Simpa. Discussão das possibilidades de interação com o precariado.
5. Revitalização do CORES, desde a eleição de representantes (sem chapas de tendências nas campanhas) até a sistemática de ação nos locais de trabalho e deles para os foros de decisão. Que os representantes realmente sejam representantes.
6. Democratização das assembleias, de modo que continuem contemplando as tendências e grupos, mas não se reduzindo às falas das correntes políticas organizadas, dando vez também a outras vozes da militância.

ASSINA ESTA TESE: MIRIAM GUSMÃO

Professora da Rede Municipal, militante de base do Simpa